

PREÂMBULO

ATUALIDADE E DEPURAÇÃO SOCIAL

As páginas dos jornais e revistas, noticiários da televisão, internet, redes sociais são insuficientes para informar quanto aos golpes de gananciosos a roubar, de todas as formas, a Nação e o povo. Políticos, doleiros, empresários, autoridades de todos os Poderes, sonegadores, desmatadores, falsários, poluidores, ainda que educados sob a capa da polidez e até mesmo da legalidade (obviamente auto constituída, ilegítima), são incapazes de sofrer a ganância, a petulância, a mínima noção de limite, de decência, de pudor. Gente sem consciência, desprovida de alma!

E é com esse tipo de gente que convivemos, dividimos o ar que respiramos...E muitas vezes, bem próximas a nós...Ações daninhas promovidas por elites concursadas ou não, por um Estado anacrônico, medievalesco, feudalista, inimigo de seu próprio povo. Roubalheira, violência, inflação, sistemas de saúde e previdência falidos, leis trabalhistas engasadoras, justiça morosa. Geram-se desesperança, amargura, impotência, a mais funda indignação!

Educação e cultura plasmam a consciência coletiva, estruturada esta em valores maiores indelévelis: moralidade, ética, integridade, responsabilidade, acatamento às leis, respeito pelos demais cidadãos, amor ao trabalho, pontualidade, desejo de superação, solidariedade, espiritualidade. Processo que se inicia na família, na escola, na comunidade onde vive e convive o cidadão. A comunidade deve ser estruturada como átomo da organização nacional, em que se aprimoram valores, a preocupação com o social, a promoção humana, faz-se a reversão das atitudes incorretas. O respeito à individualidade, o partilhar a diversidade, lembrando que há milhões de olhares diferentes do nosso, cada um com a sua visão, seu ponto de vista.

"A essência de toda verdadeira educação, a Paideia, é a que dá ao homem o desejo, a ânsia de se tornar um cidadão perfeito e o ensina a mandar e a obedecer, tendo a justiça como fundamento" (Platão)

A sociedade conseguirá depurar, pela educação, conscientização e espiritualização, as excrescências que a acompanham há séculos. Não tenhamos dúvida disso. Assim, o desenvolvimento da interioridade, a construção de uma consciência plena, harmonizada, integração a atitudes e valores maiores, de forma a nos compromissarmos recíproca e efetivamente com um presente e futuro melhores. O fluir contínuo das águas do rio, com seus remansos, correntezas, o Senhor por guia, em que a arte de remar, marujos equânimes, ousados, se faz compartilhada, conjugada...

AO PÉ DA FOGUEIRA FORMIGAS "SALVADORAS"

Era daqueles clientes ranhetas, pegadiços, frequentadores habituais da mesa do gerente. Chato de galocha. Ali estava ele, seca e água, sempre à procura de financiamentos, dinheiro vivo, em especial repasses do governo, com juros equalizados, subsidiados, daqueles de pai para filho. Um cliente complicado, enrolado, impertinente, um quê de simplório e esperto, cujos empréstimos davam uma senhora canseira ao banco na hora do vencimento.

Proprietário de fazenda, dessas típicas de nosso meio, onde com a ajuda da família e de serviçais, tirava leite, criava gado, cultivava lavouras a maioria para consumo próprio ou para silagem do rebanho, porcos pelos mangueiros, terreiro cheio de galináceos, patos, gatos às soltas.

O gerente do banco sempre escorregadio aos insistentes, arrastados pedidos do importuno cidadão, ciscando e batendo ponto na agência a toda hora, na expectativa de repasses e recursos baratos. Parecia um caramujo agarrado à concha, ou seja, à agência. Tinha lá o gerente que dar mil desculpas, esconder o jogo, uma ginástica das bravas – que a carteira estava fechada ou restrita, que vieram poucos recursos para a safra daquele ano, muitas exigências para liberar etc. Na verdade, havia dinheiro à beça, a rodo para emprestar, mas não para clientes "enrolados".

O homem jamais se dava por vencido. Invariavelmente atrás de uns "cobres" do banco ou melhor do "governo". Certo dia, o cidadão ali à sua frente, refastelado na cadeira, o gerente, para se ver livre, anuncia-lhe de forma inventiva, para não dizer zombeteira: - Fulano, na sua fazenda tem formigas?

- Não, acabei com todas. Mas, por que a pergunta?

- Ah, é porque chegou ontem um dinheiro do governo, específico para se combater formigas. Como o senhor não tem formigas, não posso arrumar-lhe o repasse. O senhor não se enquadra nos critérios...

Ouvindo isso, o homem deu um salto da cadeira, olhos brilhando, mãos agitadas, eriçados os cabelos, como se entrasse num frenesi, exclama:

- Não expliquei bem ou o senhor não formulou bem a pergunta. De dia, nenhuma formiga à vista, mas é que elas só trabalham à noite, são gerente. Elas aparecem aos milhares, em manadas, madrugada adentro, eu "inté" já estava sem saber como combater elas, aquelas danadas. O governo adivinhou o meu problema. Este dinheiro chegou pra mim na hora mais certa...

Texto "Formigas" – Fonte: Dr. José Maria Henriques, advogado em Divinópolis



ADIVINHAS

1- O que é bom para queda de cabelo?

2- O que a letra "C" disse para o "Ç"?

3- Por que a baleia tomou um choque?

4- Por que o aluno não fez a lição de casa?

Resposta: 1- Passar aspirador no chão; 2- Que belo bigode; 3- Porque ela comen um peixe elétrico; 4- Porque ele mora em um apartamento

Provérbios e A dágios

- Neblina na serra, chuva na terra
- Neblina baixa, sol que racha
- Vende o almoço para comprar a janta
- Vende o nariz para comprar o fumo

Para refletir:

• "Quando o amor acenar, siga-o, ainda que por caminhos ásperos e íngremes. Debulha-o até deixá-lo nu; transforma-o, livrando-o de sua palha. Tritura-o até torná-lo branco, amassa-o até deixá-lo macio e, então, o submeta ao fogo, para que se transforme em pão para alimentar o corpo e o coração"

(Khalil Gibran)

• "Transformar a incerteza em um ingrediente essencial da própria experiência. Na disponibilidade para aceitar a incerteza, as soluções emergirão espontaneamente do próprio problema, da própria confusão, da desordem, do caos. Quanto mais incertas forem as coisas, mais seguro deverá se sentir, porque a incerteza é o caminho da liberdade"

(Deepak Chopra)

EXPEDIENTE

QUEM SOMOS:

O boletim é uma iniciativa independente, voluntária, necessitando de apoio de todos os São-Tiaguenses, amigos de São Tiago e pessoas comprometidas com o processo e desenvolvimento de nossa região. Contribua conosco, pois somos a soma de todos os esforços e estamos contando com o seu.

Comissão/Redação: Adriana de Paula Sampaio Martins, Elisa Cibele Coelho, João Pinto de Oliveira, Paulo Melo.

Coordenação: Ana Clara de Paula

Revisão: Heloisa Helena V. Reis Oliveira.

Colaboração: Marcus Antônio Santiago; Instituto hist. Geográfico de São Tiago.

Apoio: Patricia Dayany Carvalho

E-mail: credivertentes@sicoobcredivertentes.com.br

COMO FALAR CONOSCO:

BANCO DE DADOS CULTURAIS/INSTITUTO SÃO TIAGO APÓSTOLO

Rua São José, nº 461/A - Centro

São Tiago/MG - CEP: 36.350-000

Celular: (32) 9 9912-2254 (horário comercial)

Falar com Patrícia Dayany Carvalho

NOTAS

CRIMINALIDADE LATIFUNDIO E CLASSES PERIGOSAS

O alagoano Alberto Passos Guimarães (16/04/1908-24/12/1993), um dos maiores pensadores e ensaístas nacionais, estudou em obras de sua lavra, dentre elas "Quatro séculos de latifúndio" e "As Classes perigosas – banditismo urbano e rural" os aspectos da violência e criminalidade em nosso País, a partir das questões agrária, urbana e estatal.

A criminalidade, segundo o arguto pensador, é fruto, em grande parte, do êxodo rural, cujo contingente populacional excedente, com elevado número de famílias em situação de refugiados internos, congestionaram as cidades, desestruturando-as, fomentando-se o empobrecimento, o desemprego, vítimas todas da concentração de renda e da ausência do Estado. Daí a falência ou a deterioração das condições de saúde, habitação, educação, alimentação, saneamento, segurança pública (precariedade de atendimento médico hospitalar, altos índices de desnutrição, violência, mortalidade infantil e geral, deficiência de vagas nas escolas).

Há que se lembrar que o favelamento urbano teve suas origens entre ex-escravos que, após a Abolição, foram relegados à própria sorte pela Coroa e pelos antigos donos. Os ex-combatentes da Guerra do Paraguai e da Campanha de Canudos, arrancados das mais diversas regiões do País, foram deixados, igualmente, ao léu e à míngua, engrossando as favelas cariocas. Jamais houve, por parte do Estado, uma preparação mínima de qualificação profissional (mediante a retenção no campo, preparando-os e adaptando-os à mecanização agrícola) ou absorção urbana, seja para os desmobilizados de guerras ou que fugiram do campo ou dele foram expulsos, após o surto de modernização agrícola ou ainda os milhares de brasileiros atraídos voluntariamente para as cidades, ante o surto de industrialização urbana, a partir do século XX.

Dessa forma, segundo Alberto Passos Guimarães, criaram-se as condições para que classes pobres desesperadas e desesperançadas – antes denominadas "classes laboriosas" – passassem a "classes perigosas", quando não criminosas e/ou criminalizadas. Em momentos de caos econômico, hiperinflação, desgovernos, o banditismo de alto a baixo, a violência implícita e explícita, inclusive a policial, oriundas de um Estado ineficiente, incompetente, irresponsável. Aí estão os desdobramentos da Operação "Lava Jato", onde perigosos e audaciosos ladrões do andar de cima saquearam e saqueiam a Nação – tão ou mais perniciosos que os ladrões de baixo... O que esperar?! Como nos posicionar?!

RETIFICAÇÃO

Na matéria: *Algumas ou várias curiosidades sobre a INCONFIDÊNCIA MINEIRA, no capítulo: Inconfidentes desterrados para a África, pág. 5, onde se lê: enforcado em 21/04/1892, leia-se: enforcado em 21/04/1792.*

Realização:



Patrocínio:



Apoio Cultural:



Observações do Dia a Dia

CAVALGADAS – Alguém, alguma instituição há que regulamentar, regularizar, acompanhar a realização das “Cavalcadas” em nosso meio. Vê-se grande número de cavaleiros e amazonas, em grande parte menores, a qualquer hora, até pela madrugada, em montarias, com deslocamentos pela periferia da cidade e zona rural. Aparentemente, sem responsáveis diretos, sem o conhecimento das autoridades, bebidas alcoólicas a rodo, animais maltratados, acidentes (casos até fatais), eis os riscos apresentados, eis o que se observa.

CENTRO DE CONVENÇÕES/AUDITÓRIO – A cidade carece de local adequado, compatível para a realização de eventos sociais, negociais e culturais de maior magnitude. Necessário e urgente, a construção ou adaptação de espaço com auditório ou anfiteatro de nível, para a realização de congressos, assembleias gerais, exposições literoartísticas e acontecimentos similares. Entidades e autoridades locais passam já, por constrangimentos a esse respeito. Visitantes e autoridades mal acomodados, levando uma imagem negativa da “capital do café com biscoito”. Do Poder Público, pouco a esperar. De empresários e endinheirados, a preocupação é com arranha-céus ou então resultados a curto prazo. Cultura, para muitos, não rende dinheiro fácil nem votos. Como superarmos tal deficiência?!

VIAJANDO E OBSERVANDO – Cidadão de nosso meio, que viaja coordenando reuniões por cidades de nosso Estado, principalmente em contacto com produtores rurais, pequenos e médios empresários, lideranças comunitárias, fez preocupantes comentários/observações:

I – o vazio econômico e institucional da maioria das cidades – administrações apagadas, desmotivadas, quando não descompromissadas, carência de projetos, a surrada desculpa de “crise”;

II – inoperância de muitas entidades – sindicatos, associações, órgãos públicos, muitos sem criatividade, improdutivos, só arrecadadores, quando não sugadores do quadro social (sem contraprestação digna de serviços aos usuários). Ouvia-se de um produtor rural, em uma cidade da Zona da Mata (onde é significativa a produção de leite, carvão, frutas e cachaça): - “Estamos abandonados, simplesmente órfãos. Sem crédito, sem assistência técnica, sem estradas, sem instituições representativas carência de mercado para escoamento. Ficamos todos nas mãos de atravessadores, agiotas...” Pergunta-se: Onde estão sindicatos, associações comunitárias, comerciais, de produtores, que cumpram suas funções estatutárias e de prestação de serviços aos associados, cidadãos ?!

III- o descrédito e a desesperança do cidadão para com o Poder Público, em todos os níveis. Poucas são instituições públicas com gestões eficientes, competentes. As pessoas são, via de regra, “enroladas”, mal atendidas, faltando apoio e atenção ao produtor, ao empreendedor, ao cidadão comum. Um comentário também ouvido: Perseguições políticas, ou melhor politiquieiras, a entidades com gestão eficiente ou combate pessoal aos tidos como “adversários”...Incrível, mas é fato comprovado até mesmo no nosso entorno!

CARTELIZAÇÃO – Recentemente, a imprensa (reportagem de TV), abordou a realização de megaeventos, de grande impacto turístico, econômico e cultural, como a Oktoberfest em S. Catarina, festas juninas no Nordeste, exposições agrícolas em Barretos, Ribeirão Preto, Uberaba e várias cidades gaúchas (Gramado, Esteio, Viamão, etc.). Chamou a atenção os comentários dos realizadores, quanto à participação e patrocínio de empresas – cervejarias, usinas de açúcar, refinarias e moageiras (de milho, polvilho, trigo), envasadoras de óleo vegetal, rações, máquinas agrícolas, atacadistas etc. todos envolvidos, direta e indiretamente, na realização comercial-financeira dos festivais e exposições. Um cidadão de nosso meio, presente em eventos dessa natureza, estranhou o fato de festas locais e regionais serem bancadas, ainda que parcialmente, com dinheiro público. Algo inaceitável, com o que não se pode concordar.

No caso de S.Tiago, as firmas atacadistas que “abiscoitam” (para se usar um trocadilho) o fornecimento de insumos às indústrias locais, tem que ser chamadas a dar sua contribuição. E forte. O lucro delas é individualizado, ostentado, a olhos vistos, mas e o compromisso social (já não dizemos “cultural”, pois é palavra que parecem desconhecer)?!

O apoio do Poder Público é num 1º momento, o chamado “pontapé” inicial (afinal, já caminhamos para a 18ª Festa). Depois, a colaboração é logística, tática. Dinheiro público, prioritária e constitucionalmente, tem que ser empregado em saúde, educação, saneamento, estradas, comunicação, segurança, etc. Se aplicado indevidamente, quem sabe uma ação civil pública contra quem autorizou e liberou...Entidades representativas e associativas, empresários tem que caminhar com as próprias pernas, mediante projetos de obtenção de recursos junto a empresas e autarquias que exploram os serviços públicos e dispõem de subsídios e grossos recursos para tal, incluindo shows artísticos, exposições. Que a conta, portanto, seja levada aos que ganham dinheiro, ano todo e ostentam imensos patrimônios, às expensas do valoroso produtor local – como indústrias de polvilho, açúcar, óleo, granjas, fornecedores, atacadistas, atravessadores...

Uma sugestão: Já não é tempo de modernizarmos a aquisição dos insumos para as nossas indústrias, através do e-commerce (comércio eletrônico), com central de compras on line para tal montada pela Associação de Produtores. Não seria essa uma das principais funções da Associação?!

Longe estamos dos nobres da Antiguidade, em especial nas cidades-estados gregas e ainda em Roma, que faziam doações, com seus próprios recursos, à comunidade – construção de monumentos públicos, anfiteatros, termas, basílicas. Eram homens ricos, notáveis mecenas, que valorizavam a estima e a atuação social, embelezavam a cidade, apoiavam iniciativas de interesse coletivo, comprometidos com o bem comum e o sentido de dever para com a comunidade.

Ou até mesmo, entre nós, nos dias atuais, uma estrutura tributária que estimule a doação, principalmente dos mais abastados, como ocorre nos Estados Unidos, cujo imposto sobre patrimônio alcança uma taxa marginal de 55% acima de um determinado valor deixado como herança para os descendentes. No entanto, as doações feitas em vida para Fundações, podem ser abatidas da parte tributável da herança e o ganho de capital que incide sobre essa parcela do patrimônio terá deduções de impostos. Até a sua morte, o proprietário continua usufruindo o seu patrimônio “doado” com isenção. Trata-se, segundo os estudiosos de louvável tradição oriunda dos chefes indígenas norte-americanos que deixavam em doações o seu patrimônio pessoal para suas tribos ou seja com nobre destinação coletiva. Daí o considerável nº de magnatas dos Estados Unidos (Ford, Rockefeller, Steve Jobs, Bill Gates, Warren Buffett, etc.) que constituíram fundações que prestam inestimáveis benefícios à sociedade americana e mundial

Os “nobres” modernos tem suas prioridades individuais, egoísticas, acumulativas, ostentatórias, sem compromissos para com o consumidor (que lhes garante as vultosas receitas) e a coletividade. O que importa é o bolso, ou melhor, encher os olhos alheios de poder, exibicionismo e ostentação. Aristóteles já alertava que quanto mais rica e oligárquica a classe dominante, o povo se apassiva e se desinteressa dos negócios do Estado. Sugerimos, a este respeito, a leitura da obra “Pão e Circo – Sociologia Histórica de um Pluralismo Político” – Paul Veyne – Ed. Unesp)

250 anos de doação e constituição do patrimônio da Capela de São Tiago Maior e Sant'Ana

A figura do sesmeiro Domingos da Costa Afonso

As origens econômicas (embora extrativistas) e extensivamente territoriais e religiosas do Município de São Tiago acham-se ligadas, num primeiro momento, ao ciclo do ouro. Sabe-se pela tradição e ainda por historiadores, que as explorações iniciais de ouro, entre nós, ocorreram por volta de 1708⁽¹⁾, na localidade Vargem Alegre, Fazenda das Gamelas, nas proximidades da atual sede do município (cerca de 5 km). A oralidade popular, todavia, além do registro desta data, informa, de forma anônima, que os primeiros habitantes eram mineradores ou bandeirantes de nacionalidade espanhola, devotos do orago natal, que, cumprindo promessa em reconhecimento pelo sucesso na localização de veios auríferos, ergueram modesta ermida em honra a São Tiago Maior, evangelizador e padroeiro da Espanha. Assim, o pequeno núcleo, frequentado por mineradores, sesmeiros e outros moradores, se fortaleceu e se povoou, tanto que em 1761 é solicitada, formalmente, às autoridades eclesiásticas, a construção de capela (templo) em honra a São Tiago Maior e Sant'Ana, santos de devoção dos primeiros habitantes⁽²⁾.

Com a abertura da "Picada de Goiás", a partir de 1736⁽³⁾, pela Coroa Portuguesa, algumas das primeiras sesmarias, concedidas pelo Governador da Província, Gomes Freire de Andrade, localizavam-se na "Paragem de Santo Antonio do Rio do Peixe" ou "Paragem do Rio do Peixe", entre o Rio do Peixe e o Rio Jacaré, terras que compõem o atual Município de São Tiago. Curiosamente, grande número das sesmarias localizavam-se em torno ou proximidades da atual sede do município. A sesmaria das Gamelas, por exemplo, tinha como início de divisas a porteira do arraial (São Tiago) (Testamento/inventário – Pe. José Manoel da Rosa Ribeiro – Cx. 112 – IPHAN/SJDR – 1820/1848). Há que se aprofundar em que momento, os documentos oficiais ou referências outras passam a mencionar "Capela de São Tiago", que afloram a partir da década de 1760 (e não mais "Paragem (de Santo Antonio) do Rio do Peixe" ou quiçá outras denominações da época). Muitas das cartas simplesmente mencionam a denominação da sesmaria – Campo Grande, Capão Grosso e com referências topográficas vagas – córrego das aves, capão do lagarto etc. que não subsistiram⁽⁴⁾.

Formalmente, a primeira referência à "Capela de São Tiago" – pelos documentos conhecidos, até o momento – surge em 02/12/ 1761, quando D. Manuel da Cruz, primeiro bispo de Mariana, concede licença/provisão aos aplicados (moradores devotos) nas terras situadas entre o Rio do Peixe e Rio Jacaré para erguimento de capela com a invocação de São Tiago Maior e Sant'Ana. (Ver o box "Quadro de Efemérides").

Ora, de onde moradores da região, comprovadamente devotos de São Tiago Maior, conforme se deduz de seus pleitos às autoridades civis e eclesiásticas da época, auferiram tal culto e veneração? Obviamente, legado de fé de antecessores fixados na região, lembrando que entre 1708 (chegada dos primeiros brancos) e 1761, quando da autorização eclesiástica para edificação de capela, há um espaço, relativamente curto, de meio século! E por que o padroeiro São Tiago Maior, evangelizador de Espanha (segundo a tradição), sendo que Portugal e Espanha por diversas vezes, se digladiaram e se hostilizaram?! Releve-se o fato de que muitas freguesias portuguesas, de onde provieram nossos ancestrais ibéricos, tinham também São Tiago como padroeiro ou orago. O fato é que várias localidades do País e, em particular de Minas, têm como oragos, santos de origem espanhola, inclusive São João Del-Rei, cidade polo de nossa região, cuja padroeira é Nossa Senhora do Pilar.

Até 1825, São Tiago foi capela filial de São João Del Rei, deduzindo-se que acham-se abrigados nos arquivos da Basílica de Nossa Senhora do Pilar (SJDR), considerável volume de documentos pertinentes a São Tiago e, ao que parece, ainda não disponíveis/disponibilizados para pesquisa pública (5). Por alvará imperial de 29/08/1825, São Tiago, juntamente com Bom Sucesso e Santo Antônio do Amparo, foram desligados de São João Del Rei, passando a compor a Freguesia de Bom Sucesso. A partir de 1855, São Tiago adquire a condição de paróquia, sendo capelão, à época, Pe. José Mendes dos Santos (box a parte). Uma curiosidade: as paróquias funcionavam, então, em razão do sistema de padroado, como unidades da vida civil, política e religiosa.



Igreja Matriz de São Tiago

NOTAS

(1) O historiador Afonso Ávila menciona o ano de 1708 como início da exploração aurífera em São Tiago (in "São João Del Rei: a região, a cidade, o patrimônio da história e da arte" B. Horizonte, Fundação João Pinheiro, 1977, pág. 9.

(2) Segundo consta, seja pela oralidade ou por seus descendentes, o arquiteto construtor da Igreja de São Tiago foi Manoel Marques de Carvalho, português natural de Braga, referenciado também como sesmeiro proprietário da Fazenda das Laranjeiras, que aqui vivera entre 1758 e 1766 transferindo-se a posteriori para Pium-i e São Roque de Minas, onde obtivera novas sesmarias. Sobre Manoel Marques de Carvalho ver matérias nos boletins XXIII agosto/2009 e LXI outubro/2012.

(3) O governador Gomes Freire de Andrade defere, em 05/08/1736, pedido de Caetano Rodrigues Álvares de Horta e outros sócios, interessados na abertura/construção da "Picada de Goiás". A abertura de caminhos achava-se, até então, proibida pelo alvará de 27/10/1733. Segundo o historiador Ariosto da Silveira "a partir do Rio do Peixe é que foram concedidas em 1737 as primeiras sesmarias aos abridores da Picada (de Goiás)" (in "Ao longo da Trilha – Lembranças da infância de Minas" B. Horizonte, Ed. Autor, 2004, pág., 94).

(4) Paragem, segundo o Dicionário Aurélio é: I. Ato de parar; parada; II. Parada – local onde se para; estância; III. Local onde alguém ou algo poderá encontrar-se. Outras acepções: lugar acessível à locomoção.

Nas cartas de sesmarias outorgadas em 25/04/1747, variam as menções quanto à denominação das glebas concedidas aos respectivos sesmeiros: I - Na de Manoel Gonçalves encontramos: "na Picada que hia do R^o das Mortes para Goyazes (...) na paragem do Campo Grande entre a cesmaria de Roque de Sousa e o ribeirão do Sujo..."; II - Na de Domingos da Costa Afonso: "...na paragem chamada a do Capão Grande (...) confrontando com a cesmaria de Roque de Sousa..." III - Na de Domingos João Freire "...morador na Boa Vista (...) na Paragem chamada Rio do Peixe, os quaes confrontavão de hua parte com Manoel Fern. Pr." e pella outra com Pedro Gomes..."; IV - Na de Domingos Monteiro "...na paragem chamada Rio do Peixe, os quaes confrontavão de hua parte com o mesmo rio e pella outra com Manoel Marques de Araújo..." Já na de José Manoel da Rosa, decerto o Pe. José Manoel da Rosa Ribeiro (1740-1826), célebre proprietário da Fazenda das Gamelas, outorgada em 13/04/1747, lê-se "... na paragem de Santo Antonio do Rio do Peixe (...) em o capão chamado o das Gamellas e em outro chamado Comprido..." (Fonte: Arquivo Público Mineiro). A concessão das primeiras sesmarias pelo Governador Colonial, após a abertura da Picada de Goiás (1736), em terras/áreas que hoje compõem o Município de São Tiago (mencionadas geralmente como "Paragem de Santo Antonio do Rio do Peixe" ou ainda "Paragem do Rio do Peixe") nos parece um tema interessante para estudos e pesquisas. Com a palavra nossos universitários, historiadores e aficionados.

(5) Há quem diga que parte do acervo da Igreja de Nossa Senhora do Pilar tenha se extraviado. Em 1938, o mineiro Gustavo Capanema, então Ministro da Educação do Governo ditatorial getulista, adquiriu do Comendador Manuel Soares de Almeida, por seis contos de réis, o livro "Assentos de batizados da Freguesia de Nossa Senhora do Pilar" (de São João Del Rei), tendo o ministro Capanema encaminhado o livro para a Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro). Há informações pela imprensa que o livro está ou já foi restaurado, estando à disposição de pesquisadores e da sociedade. Em tempo: o Comendador Manuel Soares de Almeida adquirira, por sua vez, o livro diretamente da freguesia (paróquia).

QUADRO DE EFEMÉRIDES

03/1675 – Passagem da expedição de Fernão Dias Pais por terras do atual Município de São Tiago.

1708 - Chegada à região dos primeiros mineradores (de origem espanhola segundo a oralidade), que, encontrando ouro no local Vargem Alegre (Fazenda das Gamelas), ergueram eles, em pagamento de promessa, pequena capela em honra a São Tiago Maior, padroeiro de Espanha.

05/08/1736 - Autorização de abertura da “Picada de Goiás” pelo Governador Gomes Freire de Andrade;

29/03/1737 – O Governador Martinho de Mendonça de Pina e e Proença concede sesmaria a Roque de Sousa, denominada “Almas” (Rio do Peixe), a primeira autorizada no “Caminho Novo dos Goyazes” (Picada ou Caminho de Goiás”).

25/04/1747 – O Governador Gomes Freire de Andrade concede a Domingos da Costa Afonso uma sesmaria “na picada que hia da Com^a do Rio das Mortes para Goyazes na paragem chamada a do Capão Grosso tr. da V^a de São José da mesma comarca” (ver transcrição box). Outros sesmeiros de então na “Paragem de Santo Antonio do Rio do Peixe” ou simplesmente “Paragem do Rio do Peixe”: Antonio Monteiro, Verissimo Glz Ribeiro, Domingos João Freire, Domingos Monteiro, José Manoel da Rosa, Manoel Glz⁽¹⁾.

15/12/1751 – Procução outorgada por D^a Maria de Almeida e Silva ao seu marido Domingos da Costa Afonso em notas do Tabelião Manoel Luiz Pereira Torresão, Vila de São João Del Rei, Comarca do Rio das Mortes.

02/12/1761 – Provisão de D. Manoel da Cruz, 1^o Bispo de Mariana, concedendo licença aos moradores nas terras situadas entre o Rio do Peixe e o Rio Jacaré e vizinhanças para erguimento de capela com invocação de São Tiago Maior e Sant’Ana (Livro de Registro Geral da Cúria Metropolitana de Mariana, fl. 21).

20/04/1762 – A Câmara da Vila de São José Del-Rei (Tiradentes) dirige petição ao Rei D. José I, na qual solicita a criação de uma Companhia de “Ordenanças de Pé” na “Capella de Senhor São Tiago, da freguesia de Nossa Senhora do Pilar, do termo desta Villa de Sam José, Comarca do Rio das Mortes” onde “se acha hum dilatado sertam, o qual se acha bastantemente povoado...”, com objetivos de coibir a fraude do real quinto e colaborar com a justiça na devida obediência à lei pelos muitos moradores daquela “paragem distante desta villa”.

15/06/1763 - Assentamento/registro no Juízo Eclesiástico da Diocese de Mariana, firmado pelo Cônego Inácio Correa de Sá, subscrito pelo Mons. Julio de Paula Dias Bicalho, secretário do Bispado e escrivão da Comarca Eclesiástica, onde consta que “se encontrando livre de qualquer encargo a doação para patrimônio da Capela de São Tiago Maior e Sant’Ana, que é feita sem prejudicar a terceiros e que os bens valem e rendem quantia suficiente para sua manutenção, julgo bom o dito patrimônio, que aceito para a referida Capela e mando que, para título, se passe sentença”.

12/09/1765 – O Governador da Capitania de Minas Gerais, Capitão General Luiz Diogo Lobo da Sylva concede “hua sesmaria de trez legoas de comprido e hua de largo ou trez de largo e hua de comprido ou legoa e meia em quadra” aos “aplicados da Capela Apóstolo São Tiago Maior e Sant’Ana, sita entre o Rio do Peixe e o Rio Jacaré, termo da Vila de São José, Comarca do Rio das Mortes, de São João Del Rei (...) para sustentação da dita Capella que eles haviam feito à sua custa” Tinham os aplicados que procederem judicialmente, a demarcação da sesmaria em um ano e a cultivarem a terra em dois anos, o que parece não foi cumprido, tornando nula a concessão. (Código 140, fls. 137 a 138v, Arquivo Público Mineiro, apud Augusto Viegas in “Memória Histórica do Município de São Tiago”).

01/06/1766 - Mediante o acorde do Juízo Eclesiástico de Mariana (datado de 15/06/1763), é lavrada em 01 de Junho de 1766, em notas do Tabelião Antonio Francisco Pimenta, na Vila de São João Del Rei, escritura de doação à Capela de São Tiago Maior e Sant’Ana por Domingos da Costa Afonso e sua mulher D^a Maria de Almeida e Silva, de um patrimônio de cinco capões de mato, compreendidos em uma sesmaria. Esta sesmaria foi havida em praça pública do Juízo de Ausentes na arrecadação de bens do falecido Manoel Gonçalves Maia. D^a Maria de Almeida e Silva se fez representar, nesse ato, por procução outorgada ao marido em notas do Tabelião Manoel Luiz Pereira Torresão, em seu cartório na Vila de São João Del Rei, Comarca do Rio das Mortes aos 15 de dezembro de 1751.

08/04/1825 – Ao passar por São Tiago, vindo de Goiás em direção ao Rio de Janeiro, o General Raimundo da Cunha Matos encontra o arraial em ruínas e virtualmente deserto. Admira-se, todavia, com a igreja. “A igreja é vasta e formosa; não está muito maltratada” (“Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas Províncias de Minas Gerais e Goiás” B. Horizonte, Inst. Cultural Amílcar Martins, 2004, pág. 234).

1861 – Segundo a oralidade, ocorreu, nesse ano, o desabamento do frontal da Igreja Matriz, sendo necessário reconstruir a frente do templo. (Provavelmente, jornais regionais da época, em especial de São João Del Rei, tenham abordado o assunto. Algo a pesquisar). Sabe-se, ademais, que, já por volta de 1892, o templo voltaria a apresentar problemas, exigindo providências por parte do pároco de então e moradores. Assim, em 1902 “...o Pe. Antonio Correia Lima, que depois de prestar o inestimável serviço de incentivar a ideia de substituir por outra a antiga Matriz, que, já não comportava os fiéis, bem como o de iniciar a construção da atual, com os parcos recursos de que dispunha o patrimônio da Igreja” (Augusto das Chagas Viegas – “Notícia Histórica do Município de São Tiago”, pág. 15)

Demolido em 1902, o novo (atual) templo somente seria concluído em 1922, graças aos esforços incansáveis do vigário Pe. José Duque de Siqueira e população. Acompanhemos, uma vez mais, as considerações de Augusto das Chagas Viegas: “Sobranceira, na parte alta da praça, hoje Gabriel Passos, se ergue a Matriz de São Tiago. Este templo, que se começou a erigir em 1902 e terminou em 1922, é solidamente construído de alvenaria de pedra nos alicerces e tijolos em todas as paredes, medindo 44,70 m de comprimento por 12,20m de largura, este edifício alto, bem proporcionado, de linhas suaves, oferece à vista um conjunto harmonioso e agradável” (op. cit. pág. 85)

NOTA

(1)Na concessão de sesmaria a Manoel Gonçalves, em 25/04/1747, feita pelo Governador Gomes Freire de Andrada, pode-se ler, em seu início: “Faço saber aos que esta minha carta de cesmaria virem q. tendo respeito a me representar por sua petição Manoel Glz, que, na picada que hia do R^o das Mortes para Goyazes, havião capoens dezertos e espalhados na paragem do Campo Grande, entre a cesmaria de Roque de Sousa e o ribeirão sujo...” (in “Revista do Arquivo Público Mineiro” ano XIV, 1910, pág., 95) Ou seja, a nova sesmaria, concedida a Manoel Gonçalves, confrontava com a de Roque de Sousa e o Rio Sujo, portanto próximas e circunvizinhas à sede do arraial, hoje cidade de São Tiago. Vimos, a esse respeito, linhas atrás, que a divisa da sesmaria das Gamelas, de propriedade do Pe. José Manoel da Rosa Ribeiro (1740-1826) iniciava na “porteira do arraial” (São Tiago).

SESMARIA (OU SESMO)

Do lat. “sexima” ou seja a 6^a parte. Segundo o Dicionário Aurélio, sesmaria tem as seguintes acepções: I – Terra inculta ou abandonada; II – Lote de terra inculto que os reis de Portugal cediam a sesmeiros que se dispusessem a cultivá-lo; III – Antiga medida agrária ainda hoje usada no RS para área de campo (que perdura) e a sesmaria de mato. A légua de sesmaria tem 3.000 braços ou 6.600 metros⁽¹⁾.

Trata-se de um instituto jurídico português do séc. XIV – a Lei das Sesmarias de 1375, baixada por D. Fernando, incorporada às Ordenações Manoelinas e ainda às Ordenações Filipinas, com a cláusula “propriamente as dadas de terras que, baldias, seriam repartidas de acordo com a capacidade de aproveitamento de quem as recebesse”, objetivando normatizar a distribuição de terras destinadas à produção e desenvolvimento agrícolas e, assim, combater a fome, agravada, à época, pela peste negra, que grassava na Europa.

O sistema foi introduzido no Brasil, a partir de 1530, com algumas adaptações, de forma a garantir o uso produtivo da terra e estimular o povoamento do território. Donatários, inicialmente e depois os governadores das províncias passaram a ter autoridade para a concessão das sesmarias. Vigorou até 17/07/1822, através da Resolução 76, que liberou a posse da terra, o reconhecimento das antigas sesmarias e instituindo a compra como única forma de obtenção de terras. Em 1850, o governo imperial instituiu e promulgou a Lei de Terras⁽²⁾.

A partir de 1699, a Coroa passou a permitir a posse de terras com cobrança de foro de terceiros, desde que o aforante comprovasse a capacidade de cultivo, por meio da propriedade de escravos e animais de tiro (animais que puxam carros). As cartas de sesmarias eram, via de regra, garantias de posse a terras ocupadas ou compradas. Muitos eram aventureiros que “com um terço de farinha à cinta (roçando), quatro foçados na beira de um córrego e de outro a outro (...) dissessem logo esta fazenda é minha e vendiam-se por tanto dinheiro” (Ángelo Alves Carrara – “Minas e Cuirais – Produção Rural e Mercado Interno de Minas Gerais – 1674-1807” Juiz de Fora, Ed. UFJF, 2007, pág. 164).

Os sesmeiros – concessionários das glebas – eram obrigados a ocupar e cultivar o solo, dentro de dois anos, sob pena de cancelamento da concessão. Houve, desde o início, posseiros (que ocupavam terras à revelia), incluindo grandes latifundiários, gerando conflitos constantes e tornando letra morta a cláusula de doação que rezava ser a mesma somente válida “não tendo

sido doada a terra a outrem”

Auguste de Saint Hilaire registrou: “Quando alguém pretende tornar-se o possuidor de um terreno livre (terra devoluta), dirige uma petição ao general da capitania e este remete o pedido à municipalidade (câmara) do distrito, a fim de que se faça um inquérito para saber se realmente a área solicitada não tem dono. Se o inquérito for favorável ao solicitante, o general oficia ao magistrado, denominado juiz de sesmarias, para que conceda as terras requeridas. Este manda medi-las e demarcá-las e entrega ao concessionário o título de posse (carta de sesmaria) que este último é obrigado a fazer confirmar pelo Rei” (“Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais” B.Horizonte, Itatiaia/Edusp, 1975, pág. 109).

Em 20/11/1725, as terras de sesmaria foram delimitadas a meia légua para que bastassem as “terras para todos que nelas viverem”. Segundo José João Teixeira Coelho (“Instrução para o governo da Capitania de Minas Gerais”, Fund. João Pinheiro, 1944), a concessão, nas terras da Capitania, de acordo com a Ordem Régia de 16/04/1744, se faria da seguinte forma: “sendo as sesmarias pedidas nas terras onde se acham minas ou caminhos, para elas devem ser de meia légua em quadros e no sertão, de três léguas”.

As sesmarias, após autorizadas/assinadas pelo Governador da Capitania, eram visadas pelo Intendente da Real Fazenda e ainda pelo Juiz Executor de sesmarias da Comarca, o qual, através de comitiva ou por delegação, procedia à mediação dos quinhões (sesmarias).

Muitos abusos e fraudes cometidos. Pessoas que reivindicavam e recebiam sesmarias com nomes diferentes, adulterados, delas se assenhoreando para depois as venderem por avultados preços. Ouidores e funcionários reais (denominados medidores, pilotos) eram subornados. Muitos ocupavam, à revelia, terras devolutas, requisitando sua posse sob o argumento de ser o “primeiro povoador”. Et voilà...

Uma curiosidade: os sesmeiros eram forçados ao pagamento de dízimos à Ordem de Cristo, recolhido(s), na prática, à Coroa⁽⁹⁾. Era um ônus ou gravame sobre a produção e todas as atividades agrícolas e pecuárias coloniais. Era cobrado também dos não possuidores de terras, sob a alegação de que todo cristão e súdito de S. Majestade, tinha(m) que contribuir para a propagação da fé. A arrecadação deste tributo gerou, no Brasil, um eficiente esquema de delegação de poderes, pois a Coroa outorgava/terceirizava a cobrança aos “dizimeiros”, através de licitações de arrematação em leilões públicos, regionalizando-se sua cobrança. A receita desses contratos, em grande parte, destinavam-se ao pagamento de governadores, funcionários civis, militares, judiciais e administrativos, portanto desviada, desvirtuada de suas finalidades. Muitas vezes, eram insuficientes para o custeio da máquina oficial. O Clero, por sua vez, apesar dos sacerdotes receberem as cômputas (salários pagos pelo Estado) inventavam toda sorte de tributos – taxas sobre sacramentos, missas, conhecenças, até sobre toques de sinos.

NOTAS

(1) Capão de mato, denominação que se dava comumente a áreas com vegetação densa, porém baixa. Capão vem do tupi Caa (mato) + pau (ilha) = ilha de mato.

Légua – medida correspondente a 6.000 metros; Légua de sesmaria – medida equivalente a 6.600 metros; Légua quadrada – medida correspondente a 43,56 m².

(2) A Lei Imperial nº 601, de 18/09/1850, denominada “Lei Imperial de Terras”, instituída em 1850 e regulamentada pelo Decreto nº 1318, de 30/01/1854, estabeleceu o registro de terras no território brasileiro, sendo os vigários de cada paróquia encarregados de acolher os requerimentos e lançá-los no Livro de Registros. Tais livros eram abertos, numerados, chancelados pelos párocos e remetidos posteriormente ao Diretor Geral das Terras Públicas. O Decreto nº 6129, de 1876, extinguiu as repartições especiais das terras públicas, sendo suas atribuições transferidas para a Secretaria de Governo. A “Lei Imperial de Terras” (1850) foi uma das causas da derrocada de nosso conterrâneo Patrício Lopes de Sousa (?-1885) que, em 1830, reivindicara e tomara posse de 208.000 alqueires de terra, no Noroeste Paulista e Sul de Mato Grosso. A mencionada Lei exigia comprovação efetiva de posse e condições de gestão e produção, algo praticamente impossível ante tamanha extensão de terra. Ver matérias em nosso boletim “A herança da Fazenda São José da Ponte Pensa” nºs VII – abril/2008 e X – julho/2008.

(3) Os soberanos portugueses, como detentores do título de Grãos Mestres da Ordem de Cristo e ainda com a instituição do Padroado Régio, tinham assegurado o pleno direito de arrecadação de dízimos, pelos serviços prestados pela referida Ordem à propagação da fé católica.

55 - Bonsucesso. Capela filial de São João dei Rei, com a denominação, nas suas remotas origens, de Capela da Campanha do Rio Grande.

Desmembrada de São João, com as capelas de São Tiago e Santo Antônio do Amparo, e elevada a Freguesia, por alvará imperial de 29 de agosto de 1825.

No arquivo da arquidiocese encontram-se autos de oposição e instituição apenas dos seguintes vigários de Bonsucesso: André Martins Ferreira, apresentado por C. P. de 7 de agosto de 1839, colado a 8 de outubro do mesmo ano; José Lopes Cansado, apresentado por C. I. de 30 de janeiro de 1844, colado a 30 de abril seguinte; Teófilo Antônio de Sousa, apresentado por C. I. de 10 de janeiro de 1874, colado a 22 de maio do mesmo ano.

56 - Bonsucesso. Capela filial de Barra Longa, fundada no paróquiato do Padre Carlos Policarpo Dias dos Santos, a esforços de Antônio Moreira, Leandro do Carmo e outros. Inaugurada com as bênção do ritual a 24 de junho de 1887.

623 - São Tiago. Capela “na serra da Bituruna, filial da Vila de São José”, erigida por provisão de 10 de junho de 1761, a pedido dos moradores do Rio do Peixe e Jacaré.

- Freguesia criada por L. M. n.º 714, de 16 de junho de 1855. Primeiro vigário - José Mendes dos Santos.

Santa Rita do Rio Abaixo – freguesia pela L.M nº 669 de 28/04/1854, 1º vigário - Pe. Crispiniano Antonio de Sousa

São João Batista, ermida na “Serra do Sal Picada dos Goyazes” filial da Vila de São José, erigida a pedido de Bartolomeu da Silveira Machado e José Muniz Falcão por provisão de 24/01/1765. Esta provisão foi repetida em 03/09/1768.

Fonte: Arquidiocese de Mariana

Carta de Sesmaria

GOMES FR.E DE ANDR.^a &^a

Faço saber aos que esta minha carta de cesmaria virem que tendo respeito a me representar por sus petição Dom.os da Costa Affonço que na picada que hia da Com.ca do Rio das Mórtes p.a Goyazes na paragem chamada a de Capão Grande tr. da V.a de São José da mesma Com.ca, estava o d.o capão deserto; e como o povoasse, e reduzir a cultura se seguia bem ao publico; me pedia lhe mandasse passar Carta de Cesmaria de meya legoa de terra em quadra confrontando com a cesmaria de Rôque de Souza; ao que atendendo eu, e a informação q.e deram os off.es da Camr.a da V.a de São José (aq.m ouvi) de se lhes não oferecer dúvida na conceção desta cesmaria por não encontrarem inconven.te q. a prohibice (pella facultad.e que S. Mag.de me permite nas suas Reaes ordens, e ultimam.te na de 13 de abril de 1738 p.^a conceder Cesmarias das terras fazer mercê (como por esta faço) de conceder em nome de S. Mag.de ao d.o Dom.os da Costa Affonço meya légua de terra em quadra na referida paragem dentro das confrontaçoes asima mencionadas, fazendo pião aonde pertencer, por ser tudo na forma das ordens do d.o Snor; com declaração porem que será obrigado dentro de hum anno que se contará da data desta a demarcálas judicialm.te sendo p.a esse efeito notificados a vezinhos com q.m partirem p.a alegarem o que fora bem de sua justiça; E o será tabem a povoar, e cultivar as d.as terras, ou parte delas dentro em dous annos os quaes não comprehenderão ambas as margens de algú rio navegável porque neste cazo ficará livre de hua delas o espaço de meya légua p.^a ouzo publico reservado os citios dos vezinhos com q.m partirem p.^a alegarem o que fora bem de sua justificativa; E o será também a povoar, e cultivar as ditas terras ou parte delas dentro em dous annos as quaes digo com q.m partirem as referidas terra, e suas vertentes sem que eles com este pretexto se queirão apropriar de demasiadas em prejuizo desta mercê que faço ao sup.te; o qual não impedirá a repartição dos descobrim.tos de terras mineraes que no tal citio haja, ou possa haver, nem os caminhos e serventias publicas que nelle houver; e pelo tempo adiante pareça conven.te abrir p.^a mayór comodidade do bem comum; e possuirá as ditas terras com a condição de nelas não succederem Relligioens por titulo algú, e acontecen.o possuilas será com o encargo de pagarem delas dízimos como quaisquer seculares; E será outro sy obrigado a mandar requerer a S. Mag.de pelo seu conselho ultr.º confirmação desta Carta de Cesmaria dentro em quatro annos que correrão da data desta; a qual lhe concedo salvo o direito Regio, e prejuizo de terceiro; e faltando ao referido não terá vigor, e se julgarão por devolutas as ditas terras dandosse aq.m os denunciar, tudo na forma das ordens do d.o Snr., Pello que nando do Menº a que tocar posse ao Sup.º das referidas terras feita prim.º a demarcação e notificação como asima ordeno, de q.e se fará termo no 1.º a que pertencer o ascendo nas costas desta p.^a todo o tempo constar o referido na forma da Regim.to E por firmeza de tudo

Ihe mandei passar esta carta de Cesmária por duas vias por mim assignada, e selada com o selo de minhas Armas que se cumprará inteiramente como nella se contem registandosse nos 1.ºs da Secreta.ª deste governo, e onde mais tocar de Dáda com V.ª R.ª a 25 de Abril Anno do Nascimento de Nosso Sem. or Jesus Christo 1747 em Manoel da S.ª Neves que sirvo no empedim.to do Secretr.º actual deste governo a tiz escrever/Gomes Fr.º de Andr.ª digo 1747 o Secretr.º do governo Antonio de Souza Machado a fez escrever// Gomes Freire de Andr.ª

DOMINGOS DA COSTA AFONSO O SESMEIRO DOADOR DE GLEBA À PARÓQUIA DE SÃO TIAGO

Domingos da Costa Afonso era natural da Ilha de São Miguel, arquipélago de Açores, sendo ali batizado na Matriz de Nossa Senhora da Estrela. Falecido em 1770, conforme inventário⁽¹⁾. Era filho de Domingos Afonso e Tereza da Costa. Veio para o Brasil, com outros membros de sua família, na primeira metade do séc. XVIII, estabelecendo-se no centro-sul de Minas Gerais, mais especificamente em nossa região (Domingos da Costa Afonso estabeleceu-se na Fazenda “Capão Grosso”, em nosso Município)⁽²⁾.

Casado, por volta de 1740, com D^a Maria de Almeida e Silva, natural de Irajá (RJ), filha de José de Almeida Silva e Maria Pereira. O casal Domingos e Maria teve os seguintes filhos, conforme testamento de Agosto de 1751, lavrado na Vila de São João Del-Rei, Comarca do Rio das Mortes.

1. Gonçalo da Costa Afonso – tinha 28 anos em 1770. Casou-se em 23/11/1774 com Maria Antonia da Silva, filha de José Jorge da Silva e Mariana da Fonseca. Em 03/02/1783, Gonçalo passa uma procuração no Capão Grosso para ser representado no inventário do pai, nomeando, para tal, os procuradores Bento José de Faria e Souza e Francisco Joaquim da Graça.

2. João da Costa Afonso, batizado em 24/06/1743. Em 1770, tinha 26 anos com a patente de tenente. Casou-se em São Tiago aos 03/02/1773 com Joaquina Furquim Angélica da Luz, filha de Antonio Furquim da Luz e Antonia do Sacramento. O casal João e Joaquina teve os seguintes filhos, todos nascidos e batizados em São Tiago: I – Lourenço, nascido aos 13/09/1779; II – Clara, nascida aos 18/10/1780; III – Luciana, nascida aos 19/03/1782.

3. Lourenço – batizado aos 19/10/1744 na Capela de São Gonçalo do Brumado⁽³⁾. Estranhamente, embora citado no inventário dos pais, não compareceu nem se fez representar no inventário paterno.

4. José de Almeida e Silva – tinha 24 anos em 1770. Batizado na Capela de São Gonçalo do Brumado aos 14/02/1746. Casou-se em São Tiago aos 11/01/1775 com Ana Maria de Jesus, filha de Domingos João Freire (também sesmeiro) e Escolástica da Fonseca. O casal José e Ana teve os seguintes filhos: I – Manoel José de Almeida, casado aos 14/01/1809, em Tiradentes, com Ana Francisca de Jesus; II – Joaquim de Almeida e Silva, batizado na Capela de São Tiago aos 28/12/1782. Casou-se aos 24/09/1804 com Esmeria Margarida de Santana, sendo padrinho o Pe. José Manoel Rosa; III – Maria Ignacia da Silva, natural de São Tiago, onde se casou aos 20/09/1797 com Francisco José da Silva Mattos; IV – José de Almeida Silva, casou-se aos 29/10/1805, na Capela de São Tiago com Angélica Maria Francisca de Jesus, sendo todos os filhos deste casal sido batizados em São Tiago; V – Vicente de Almeida Silva, batizado na Capela de São Tiago aos 10/04/1786 (padrinho: José Manoel Rosa). Casou-se aos 19/07/1808 com Ana Clara da Silveira; VI – Inácia Matildes da Silva – batizada na Capela de São Tiago aos 02/05/1788. Casou-se aos 21/08/1822 na Capela de São João Batista com Pedro Nolasco da Afonseca (O casal Inácia e Pedro aparece registrado no mapa da população do curato de São João Batista/Morro do Ferro em 1831, com 4 filhos); VII – João de Almeida e Silva – batizado na Capela de São Tiago aos 09/12/1789. Casou-se aos 13/02/1809 com Felícia Antonia de Oliveira.

5. Manoel da Costa Afonso, batizado na Capela de São Gonçalo do Brumado aos 09/02/1750.

6. Ana Maria de Almeida – casou-se na Capela de São Tiago aos 14/09/1784 com Manoel da Silveira Machado.

NOTAS

(1) Inventário de Domingos da Costa Afonso – 1770 - caixa 340 do Museu Regional de São João Del Rei. Inventariante: Maria de Almeida e Silva.

(2) Provavelmente, tenha vindo, à mesma época, seu irmão Manoel da Costa Afonso, também natural da Ilha de São Miguel. Aqui foi casado com D^a Ana Maria de Jesus, natural de Prados. Pelos dados de seu inventário (Manoel faleceu aos 18/10/1784), o referido casal teve os seguintes filhos: I – Manoel Gonçalves da Costa, batizado na Capela de São Tiago aos 18/11/1764, tornando-se tutor de seus irmãos menores. Casou-se aos 19/03/1788 com Úrsula Maria de Jesus; II – Maria Joaquina de Jesus, batizada na Capela de São Tiago. Casou-se aos 13/09/1784 em São Tiago com Joaquina da Silveira Machado (filho de José da Silveira Machado e Maria Antonia de Jesus), cerimônia celebrada pelo Pe. José Manoel da Rosa Ribeiro; III – Joaquina Maria de Jesus, batizada na Capela de São Tiago aos 02/04/1772. Casou-se aos 15/08/1791 com Gabriel

Marques de Sá Carvalho (ver nota “Curiosidades”); IV – Antonio da Costa, batizado na Capela de São Tiago em dezembro/1779. Casou-se aos 06/05/1800 com Maria José da Visitação.

A viúva de Manoel da Costa Afonso, Ana Maria de Jesus, casou-se pela segunda vez aos 23/06/1786 com Francisco Vieira da Cunha, natural este do Bispado do Porto (Portugal). O casal Ana e Francisco teve uma filha, Mariana, batizada na Capela de São Tiago aos 20/01/1787. Francisco Vieira da Cunha viria a falecer em 1790, conforme inventário arquivado no Museu Regional de São João Del-Rei.

(3) Capela de São Gonçalo do Brumado, ex São Gonçalo do Amarante, hoje Caburu, distrito de São João Del Rei. Havia, então, em meados do séc. XVIII até inícios do séc. XIX, grande intercâmbio e fluxo de negócios, trânsito de pessoas, animais, mercadorias, além de estreitas ligações sociais e familiares entre moradores de S. Gonçalo do Brumado, Santa Rita do Rio Abaixo, Lage e São Tiago. Registre-se, a respeito, a poderosa influência da família “Ribeiro da Silva”, temas ou substanciais fontes de pesquisas a serem tratadas por estudiosos do futuro.

Ariosto da Silveira faz referência a roteiro ou trecho da “Picada de Goiás”, interconectando São Gonçalo do Brumado a São Tiago “...de São Gonçalo uma estrada salta o rio (das Mortes) e caminha para o noroeste em direção a São Tiago daí seguindo (...) A Picada toca as capelas (...) de São Tiago, as fazendas do Capão Grosso e Braga, a capela de Nossa Senhora de Oliveira ...” (op. cit. págs. 84/85) Esta ligação permitiu, de certo, as atividades econômicas e sociais dos irmãos Costa Afonso, que, conforme vimos, mantinham inúmeros negócios nas duas comunidades – São Tiago e São Gonçalo do Brumado (então denominadas “capelas”, nos documentos e menções oficiais).

O General Raimundo da Cunha Matos, ano de 1825, em passagem por nossa região (retorno ao Rio de Janeiro) utiliza-se do itinerário/conexão que interligava os então arraiais de São Tiago, Conceição da Barra, São Gonçalo do Brumado. Acompanhemos sua descrição:

“9 de Abril, sábado – Às 4 horas da manhã, sai do arraial de São Tiago e caminhando por vastas campinas, mui povoadas de codornizes, atravessei o rio do Peixe, descobri o arraial de Conceição, passei a ponte de madeira do rio das Mortes, acima do qual confluí pela margem esquerda do rio Carandá; atravessei o arraial de São Gonçalo, muito decadente (...), entrei no leito de um regato e, por ele, cheguei à vila de São João Del-Rei, extensa, rica, populosa, com bons edifícios e pontes de pedra sobre o ribeirão do Tejuco ... (“Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas Províncias de Minas Gerais e Goiás” (B. Horizonte, Instituto Cultural Amílcar Martins, 2004, pág. 234).

Os imigrantes portugueses que vinham para o Brasil valiam-se geralmente de formas não mercantis de acumulação de riqueza (heranças, dotes, concessão de sesmarias) e outras formas marginais que permitiram a muitos a formação e consolidação de grandes fortunas.

CURIOSIDADES

I. Casamento de Caetano Machado Neves, branco, lavrador, 40 anos de idade (natural do Bispado de Angra da Ilha Terceira, filho de Caetano Machado Valadão e D^a Luiza das Neves, já falecidos) e D^a Gertrudes Cândida de Santana branca, 25 anos de idade (filha do Ten. Hipólito José de Faria e D^a Maria Cândida Santana) realizado aos 18/05/1837 na Fazenda Capão Grosso, sendo testemunhas Urbano Machado Valadão e José Justino da Silva. (Fonte: Projeto Compartilhar – João Gonçalves de Mello).

II – Inúmeros filhos e netos da família Costa Afonso foram batizados ou se casaram em São Tiago. Joaquina Maria de Jesus (batizada aos 02/04/1772), filha de Manoel da Costa Afonso e Ana Maria de Jesus casou-se, na Capela de São Tiago, aos 15/08/1791 com Gabriel Marques de Sá Carvalho, que era filho de Manoel Marques de Carvalho (a quem se atribui a construção da Igreja de São Tiago – 1761) e D^a Tomazia Maria de Jesus (Projeto Compartilhar – Domingos da Costa Afonso).

III – No inventário de Domingos da Costa Afonso, uma de suas descendentes, Maria, foi batizada aos 26/01/1817, na Capela de Nossa Senhora do Rosário das Laranjeiras (Projeto Compartilhar – Domingos da Costa Afonso – 4.7.4) Joaquim, outro descendente e Domingos da Costa Afonso foi batizado aos 24/06/1812 na Capela de Bom Sucesso, tendo como padrinho o Cap. Pedro Duarte de Faria, proprietário da Fazenda da Carapuça (idem 4.7.2)

Agradecimentos ao Prof. Antonio Gaio no tocante a pesquisa – CARTA DE SESMÁRIA – constante na presente matéria.

Doenças Infectocontagiosas



I – TUBERCULOSE OU TÍSSICA

Certas doenças infectocontagiosas provocavam, no passado, dramáticos efeitos pessoais, familiares e sociais. Época em que não havia antibióticos ou tratamentos médicos de maior eficácia. A pessoa que aparecia com sintomas de doença, como a tuberculose ou tísica (em que a tosse renitente, bem como traços de sangue nos lençóis constituíam os principais sinais), era como receber uma sentença de morte⁽¹⁾. Uma tragédia imensurável. Assim, pessoas que apresentavam a pele pálida, faces marcadas por alguma rosácea de sangue, ganhavam logo a suspeita da doença. Pessoas amigas da madrugada e noitadas, frequentadores de bordéis, eram vistos como candidatos infalíveis à contração da demolidora enfermidade. Além da enfermidade praticamente incurável, havia o enorme peso do preconceito, a estigmatização. Os recursos médicos eram assaz restritos, geralmente injeções de ar no peito (pneumotórax), a colapsoterapia, retirada de partes dos pulmões e até de costelas. Terapias, portanto, dolorosas, radicais. Os exames, então disponíveis, eram através do raio X (abreugrafia)⁽²⁾.

Alguém tísico ou com uma mera suspeita era logo segregado, isolado, internado em sanatórios que se tornaram comuns em Minas Gerais, São Paulo e outros Estados, dada a fama de clima ameno na Região Sudeste, altitude favorável e a necessidade de afastamento da vida social, muitas vezes boêmia e desregrada, comuns à época nas grandes cidades. Ali, nessas clínicas, os doentes se tratavam basicamente, se alimentando, fazendo caminhadas pelas matas circundantes. Casamentos, ante o selo da tétrica doença, eram desmarcados; empregos perdidos; famílias, amizades e origens apagadas. As pessoas infectadas, via de regra, além dos sofrimentos do corpo e da segregação, se autoincriminavam, pela contração de uma doença contagiosa, fatal, dada a vida irregular, o uso de cigarros, bebidas, desregramentos motivadores, então, do insidioso mal. Mesmo para os que se recuperavam, permaneciam sequelas, cicatrizes inapagáveis: os longos meses de tratamento, os dolorosos, traumáticos tempos de internação; preconceitos, inadaptabilidade ou dificuldade de reinserção familiar-social, discriminações abertas, sem fim...

A tuberculose ou “mal do século” envolveu, influenciou e vitimou grandes nomes da literatura e da música brasileira, como os poetas Álvares de Azevedo (morto aos 20 anos), Casimiro de Abreu (morto aos 21 anos), Castro Alves (morto aos 24 anos), Augusto dos Anjos, Manoel Bandeira, o sambista Noel Rosa... Milhares de brasileiros seriam – e ainda o são – acometidos da insidiosa doença.

Sanatórios mineiros - Belo Horizonte, com altitude acima de 800 m, sediária, no século passado, inúmeros e mesmo luxuosos sanatórios como o “Júlia Kubitschek”, o “Alberto Cavalcanti” (antigo Sanatório “Minas Gerais”), o “Eduardo de Menezes”, o “Madre Teresa” (antigo Sanatório “Marques Lisboa”), o “Hugo Werneck”, ligados geralmente, à época, a grupos ou institutos de previdência dos comerciários, industriários, bancários e hoje, em sua maioria, renomados hospitais belo horizontinos. Tais sanatórios dariam origem à eficiente e bem estruturada rede hospitalar da Capital mineira.

O primeiro sanatório mineiro foi aberto em Palmira (hoje Santos Dumont) e outros, posteriormente, na região da Mantiqueira, inclusive Barbacena. Quem não tinha plano de previdência era chamado de “indigente”. Chegavam pessoas doentes de todos os lugares, “exportadas” pelas famílias e comunidades, passando a dormir sob pontes em condições de total miserabilidade ou ainda em pensões que proliferavam na região hospitalar de Belo Horizonte. O Governo criaria, na década de 1930, a “verba sanatório”, destinada aos portadores da doença, carentes. Criou-se, então, o “golpe do escarro”. Doentes infectados cobravam para cuspir catarro com sangue em um copo. Pessoas saudáveis, imunes à doença, malandros e inescrupulosos, apresentavam o referido material na hora do exame, simulando serem tuberculosos e assim receberem o benefício oficial. Os pobres, como de sempre, eram as maiores vítimas, dadas as péssimas condições de higiene, moradia e alimentação.

Somente, a partir da década de 1930, surgiram avanços médico-científicos no combate à moléstia, com a vacina do bacilo de Calmette e Guérin (BCG) em homenagem aos dois cientistas franceses que desenvolveram a vacina em Paris, hoje aplicadas preventivamente às crianças (no Brasil, obrigatoriamente desde 1973) já no primeiro mês de vida e depois, se necessário, reaplicadas. Não imuniza integralmente, mas é proteção contra as formas mais graves da doença, que, na década de 1940, atingiria, em nosso País, índices alarmantes, epidemiológicos. Somente na década de 1960, com a associação de medicamentos quimioterápicos, os hospitais-sanatórios seriam esvaziados, passando o tratamento, em sua grande parte, a ser clínico-ambulatorial.

NOTAS

(1) *Tuberculose ou Tísica- doença transmitida pelo “Mycobacterium Tuberculosis”, também conhecido como bacilo de Koch. Afeta geralmente os pulmões, podendo estender-se a outros órgãos e sistemas (tuberculose extrapulmonar) Seus principais sintomas são: tosse intermitente, acompanhada, por vezes, de febre, frequentemente à tarde; intenso suor noturno; palidez; falta de apetite; emagrecimento e em alguns pacientes mais graves, expressão cadavérica. Tratamento e antídotos – Vacina BCG, desenvolvida a partir da década de 1930, tratamento hoje feito pela rede pública e SUS. Recentemente, os médicos tem observado a chamada “tuberculose multirresistente”, sigla MDR-TB, fruto de procedimentos incorretos pelo paciente (não cumprimento de doses, horários) ou mesmo de medicamentos inadequados prescritos. Uma preocupação, pois o organismo ultrarresistente às drogas limita as alternativas de tratamento.*

(2) *Abreugrafia – desenvolvido pelo médico brasileiro Dr. Manuel Dias de Abreu (Ver matéria “Inventores brasileiros esquecidos” em nosso boletim nº LXVIII Abril/2013 – pag. 4 e 5).*

Cronologia

1927 – Surge o Sanatório “Minas Gerais”, o 1º de Belo Horizonte (hoje Hospital “Alberto Cavalcanti”)

1928 – Inaugurado os Sanatórios “Hugo Werneck” e o “Marques Lisboa” (hoje Hospital “Madre Teresa”) para doentes pobres

1941 – Criado o Serviço Nacional de Tuberculose

1946 – Governo lança a “Campanha Nacional contra a Tuberculose”

1958 – Inauguração do Hospital “Júlia Kubitschek” no Barreiro (As instalações que abrigariam uma unidade do SESC, ante o nível da epidemia, foram readaptadas para receber tuberculosos)

OUTRAS MOLÉSTIAS PÉRFIDAS

Outras tantas moléstias, quando contraídas, provocavam verdadeiros terremotos aos pacientes, bem como às suas famílias e a sociedade em geral.

- “Peste branca”, também conhecida como “peste negra” ou “bubônica”
- Doenças venéreas
- Sífilis

II – LEPRA OU HANSENIASE

Talvez a mais aterradora de todas as doenças infectocontagiosas foi a lepra⁽¹⁾. Os doentes eram totalmente discriminados e tidos como párias. A Colônia Santa Isabel, fundada em 1931 e desativada em 1986, foi um dos maiores e mais famosos leprosários de Minas Gerais, acolhendo doentes de todo o Sudeste e mesmo de outras regiões do País. Ocupava uma área de 5 milhões de m², delimitada pelo Rio Paraopeba, terrenos que hoje constituem considerável parte do Bairro Citrolândia, em Betim⁽²⁾. Uma solene inscrição em latim “Hic manebimus op time” (“Aqui ficaremos bem”) recepcionava os doentes à entrada. Ainda que, aparentemente, votos de candura, eram, na prática, expressões da mais funda dor, confinamento, horror, perfídia. Os internos eram segregados, vigiados por guardas, portões com correntes. Sequelas no corpo e na alma, para os que, ali, aos milhares, sofreram toda sorte de humilhações, carências, segregações, violências.

A Colônia “Santa Isabel” foi edificada em terras da antiga Fazenda do Motta, em Betim, desapropriadas pelo Governo do Estado, chegando a abrigar cerca de 5.000 pacientes. Ali cenas trágicas, dantescas se desenrolariam dentre os hansenianos. A Colônia é, hoje, um hospital administrado pela Fundação Hospitalar de Minas Gerais (FHEMIG), atendendo ainda centenas de pacientes, ex-internos e familiares. Compreende, além do hospital, um conjunto de prédios e casas edificadas em seu entorno – todos de propriedade do Estado – e sem uma decisão, até hoje, quanto à situação e destino de tão expressivo patrimônio. Um memorial ali existente, denominado “José Avelino”, com fotos de internos, moldes de calçados, instrumentos musicais, cadeiras de rodas e objetos, conta os 80 anos de história da Colônia. Dentre seus internos, registra-se o nome do pintor Luiz Veganin, que deixou expressivos quadros, registrando a via-sacra dos hansenianos.

Além da Colônia “Santa Isabel”, outras unidades foram instaladas, à época, no interior de Minas, para atendimento aos hansenianos, dentre elas a Casa de Saúde “São Francisco de Assis” (Bambuí)⁽³⁾, Casa de Saúde “Santa Fé” (Três Corações) e Casa de Saúde “Padre Damião” (Ubá). Os pacientes para ali encaminhados, eram tapeados com a promessa de serem tratados em hospitais, quando, na verdade, eram conduzidos a centros de confinamento. Agentes da Polícia sanitária, com a ajuda de moradores, percorriam os lugares mais isolados, em busca de pessoas com sinais de hanseníase – manchas vermelhas, perda de sensibilidade da pele, portadores de feridas resistentes à cicatrização. Eram eles caçados, buscados em suas casas, a cavalo, retirados da maneira como estavam. Os próprios vizinhos e familiares denunciavam

os suspeitos, que eram dali arrancados à força e encaminhados às colônias. Casas, objetos, ferramentas, plantações eram queimadas, até águas desinfetadas. Os aprisionados pela polícia, sequer, podiam levar roupas, utensílios pessoais. Diziam-lhes: - “Lá vocês terão tudo!” Mas não sabiam os infelizes para onde - na verdade, guetos de terror - estavam indo, sendo levados...⁽⁴⁾

Há relatos terríveis de crianças ali confinadas nos “Preventórios”, isoladas dos pais, desde o nascimento, constantemente abusadas. Os bebês eram retirados das mães, no parto, praticamente do ventre. As parturientes sequer tinham o direito de ver o rosto dos bebês, a fim de se evitar qualquer vínculo familiar e eventual contágio da criança. Os internos não podiam caminhar do mesmo lado do passeio em que médicos, enfermeiros, freiras transitavam. Namoros e casamentos eram permitidos, mediante a autorização dos superiores. Os pais, portadores da doença, viram os filhos arrancados de seus braços pela polícia sanitária. Entre 30 a 40 mil crianças e adolescentes foram, dessa forma, enviados a creches – denominadas “pupileiras” ou “preventórios” – e internatos, espalhados pelo País, em sistema ou regime de confinamento, onde sofreriam maus tratos, desesperos, discriminações, crueldades praticadas por funcionários desses educandários. Tornavam-se elas órfãs de pais vivos. Uma prática pungente, tirana similar às praticadas pelos nazistas, somente revogada em 1986, muito embora, desde a década de 1940, a cura da doença já tinha sido descoberta. Assim, famílias, gerações inteiras cresceram sem o colo da mãe, laços familiares cortados, irmãos espalhados, condenados a viverem como estranhos.

O GOLPE DO “BATER –GATO”

Internos da Colônia “Santa Isabel”, entre as décadas de 1940 a 1970, formaram uma verdadeira quadrilha, adotando o sistema – com a complacência e cumplicidade de diretores da colônia, agentes de saúde e algumas freiras - de redigir e enviar cartas, aos milhares, para pessoas em todo o Estado e País, expondo sua condição de interno e solicitando ajuda financeira. Tais cartas passaram a ser conhecidas como “bate-gatos”, muito comuns, até umas três décadas atrás. Bem redigidas, caligrafia bonita, com termos lamuriosos, suplicantes, nelas os internos diziam de suas deformidades, do isolamento, preconceitos e da miséria em que viviam no sanatório, para tal, pedindo uma “módica”, “simbólica ajuda”. Os endereços dos destinatários eram retirados de listas telefônicas. Muitas pessoas incautas, sensibilizadas, foram lesadas, havendo relatos de que alguns internos e seus “chefes” amealharam fortunas com o golpe. Um desses fraudadores informou à imprensa que, dessa forma, viria a adquirir imóveis, veículos, reunir a família. Segundo os próprios falsários, cerca de 5% dos destinatários respondiam as cartas, enviando ajudas, alguns com valores elevados, em especial pessoas do Estado de São Paulo.

Após o desmantelamento da quadrilha, na década de 1980, muitos internos, em trajés andrajosos, faixas por todo o corpo mutilado, passaram à mendicância itinerante, a pé, sobre cavalos xucros, em carros, ônibus, por todo o interior do Estado, pedindo comida e esmolas. Muitos deles, espertalhões. Chamados de “morféticos”, “lazerentos”, continuaram os sobreviventes das colônias a experimentar e perpetuar os duros estigmas do preconceito, discriminação e isolamento social.

NOTAS

(1) *Lepra, hanseníase ou Mal de Hansen é provocada pelo bacilo “Mycobacterium leprae”, descrito pelo cientista Gerhard Hansen, em 1873. A transmissão se dá por espirros e tosse de uma pessoa contaminada, sem tratamento e através de um contato mais prolongado. Hoje é perfeitamente tratável e curável, sendo utilizado, pelas autoridades sanitárias, um coquetel de antibióticos disponíveis nas redes pública e privada. Somente o antibiótico “rifampicina”, numa única dose, mata 90% dos bacilos presentes no organismo.*

Os principais sintomas da doença são: manchas esbranquiçadas, avermelhadas ou amarronzadas pelo corpo; diminuição ou perda da sensibilidade ao calor, à dor e/ou tato; caroços avermelhados e doloridos; sensação de choque ou “fisgadas” ao longo dos braços e pernas; diminuição do suor e pelos; engrossamento do nervo que passa pelo cotovelo, com perda de força em dedos da mão; mutilações da pele, dos nervos e outros membros.

(2) *Há descrições de que muitos internos tresloucados, ali confinados, separados de seus familiares, burlavam as barreiras, preferindo o suicídio nas águas do Paraopeba.*

(3) *Em Sabará, chegou a funcionar o Sanatório “Cristiano Machado”, inaugurado em 1946, que atendia, com total garantia de anonimato, os doentes ricos. Dispunha o local de serviços de hotelaria “cinco estrelas”, cassino, salões de baile, solários, quartos espaçosos, ventilados, ensolarados, com vista panorâmica para o Rio das Velhas. Ali chegaram a se internar dezenas de hansenianos ricos: professores, advogados, políticos, empresários etc. Como as demais unidades para atendimento a hansenianos, foi o sanatório desativado em 1986.*

(4) *ACERBA CIRCUNSTÂNCIA – São Tiago, aí pelas décadas de 1920 a 1940, adquiria o estigma de ser “terra de doentes” (hansenianos). Alguns casos reconhecidos à época outros suspeitos, em particular na zona rural, espalharam a pérfida notícia pela região, afetando nossa imagem e carreando preconceitos contra moradores.*

Mons. Francisco Elói (1915 – 2003) narrava, por vezes, um deplorável fato e que o marcaria muito, pois sentira na pele e na alma o horror da discrimina-

ção. Era ele, por volta de 1935, seminarista; após passar férias de final de ano em São Tiago, retornava às atividades escolares e religiosas no Seminário de Mariana, tendo – como fazia habitualmente – que tomar o trem na Estação de Congo Fino, única modalidade de transporte, à época, para distâncias maiores. Seguiu ele, desde São Tiago, pela madrugada, em companhia de outros cavaleiros, que, de igual forma iriam se utilizar do trem. Ao apearem na estação, alguém, um anônimo, os interroga:

- Vocês estão vindo de onde?

- De São Tiago...

Fora como se anunciada a chegada da peste, da morte. Todos ali, incontinenti, se afastaram, deixando-os segregados. Durante todo o período em que aguardaram o trem e mesmo já em trânsito, sentiram-se discriminados. Muitos conter- rãneos passariam, à época, por tais pérfidos constrangimentos. Por esse tempo, todavia, década de 1930, autoridades locais, dentre elas Raul Guimarães, Dr. José Gaudêncio Neto, com a ajuda de “brigada sanitária”, tomaram inadiáveis providências, no sentido de debelar os focos da insidiosa moléstia, com o encaminhamento dos doentes à Colônia Santa Isabel. Recuperou-se assim a boa imagem e conceito da localidade.

EPIDEMIAS FAMOSAS:

• **Febre ou Gripe Espanhola** – Ver matéria em nosso boletim nº X – Julho/2008, págs. 6 e 7.

• **Febre Amarela** – trata-se de uma doença infecciosa grave, transmitida por vetores como o mosquito “Haemagogus” no meio silvestre; no meio urbano, porém, o principal transmissor é o mosquito “aedis aegypti” (o mesmo da dengue, chikungunya e zika), podendo ocorrer também por outros vertebrados como macacos.

A infecção ocorre quando a pessoa é picada por um mosquito infectado. Os sintomas ou manifestações são febre alta, calafrios, dores de cabeça e musculares, náuseas, vômitos etc. Pode, em casos mais graves, provocar multi-insuficiências hepática, renal, icterícia, cansaço extremo, hemorragias internas.

Há, hoje, vacinas específicas, bem como campanhas de prevenção, inibindo o seu surto, que, em inícios do século XX, gerou uma gravíssima epidemia no Brasil, em particular na então Capital do País (Rio de Janeiro). Coube ao médico bacteriologista Dr. Osvaldo Cruz empreender vasta campanha médico-sanitária no Rio de Janeiro, enfrentando tenaz resistência, de todos os lados: de médicos, uma rebelião popular iniciada em 13/11/1904 e mesmo uma revolta da Escola Militar da Praia Vermelha em 14/11/1904, todas superadas pelo Governo.

Havia resistência contra as medidas deliberadas pelo Dr. Osvaldo Cruz, dentre elas as “brigadas sanitárias” que percorriam casas, jardins, quintais, fábricas para eliminar os focos de mosquitos. Acreditava-se erroneamente que a febre era transmitida pelo contato com roupas, suor, sangue e secreção dos doentes ou mesmo por ratos. Já em 1907, a febre amarela estava erradicada do Rio de Janeiro. Osvaldo Cruz trabalhou também na erradicação da febre amarela no Pará, durante a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (1909). Por seu trabalho científico, médico e humanitário, o Dr. Osvaldo Cruz tornou-se uma celebridade, com reconhecimento internacional. Dr. Osvaldo Cruz nasceu em 05/08/1872 em São Luis de Paraitinga/SP e faleceu aos 44 anos em Petrópolis/RJ 11/02/1917).

• **Dengue e suas variantes Chikungunya, zika;**

• **H1N1 – gripe suína.**

SÍFILIS – Doença sexualmente transmissível (DST), que provocava outrora – e ainda o faz – grandes impactos à saúde e à imagem social de um indivíduo. Sinal de desregramento, promiscuidade, impudícia. É a sífilis causada pela bactéria *Treponema pallidum*, a qual pode permanecer no corpo da pessoa hospedeira por décadas, para só, depois, se manifestar. A bactéria penetra no corpo por meio de pequenos cortes presentes ou por membranas mucosas. Pode ainda ser congênita, passando de mãe infectada para o filho, durante a gravidez ou parto. Há relatos de crianças, vitimadas por esta situação, que apresentaram rachaduras nas mãos e solas dos pés, deformações dentais e até surdez.

Fatores que contribuem para se contrair a sífilis: I – manter relações sexuais desprotegidas; II – estar infectado com o vírus do HIV, causador da Aids.

Sintomas da sífilis: I – Sífilis primária – aparecimento de feridas ou cancrs indolores, 2 ou 3 semanas após o contágio, algumas delas internas e imperceptíveis (regiões do reto, colo do útero) e que desaparecem, mesmo sem tratamento. A bactéria, nesse estágio, se torna dormente, inativa no organismo.

II – Sífilis secundária – aparece 2 ou 3 semanas após a formação das primeiras feridas, e em que o paciente não tenha se tratado. Podem surgir dores musculares, febre, dor de garganta, dificuldades de deglutição. Tais sintomas costumam também desaparecer, mesmo sem tratamento, mantendo-se a bactéria inativa ou latente.

III – Sífilis terciária – é o estágio final, em que a sífilis se espalha por áreas como cérebro, sistema nervoso, pele, ossos, olhos, articulações, artérias, fígado etc. O diagnóstico é feito por exames de sangue, cultura de bactérias, punção lombar e o tratamento realizado à base de penicilina.

Mentalidade Empresarial e Vícios da Cultura Brasileira



O índice de mortalidade de empresas, em nosso País, é elevado, principalmente nos primeiros anos de vida. Vários fatores contribuem para isso: mercado, conjuntura econômica, planejamento e plano de negócios, qualificação de gestores, impostos exorbitantes, capital social e de giro, crédito, etc. Muitas empresas que existem e continuam funcionando, lutam com dificuldades, capengam... Daí a grave responsabilidade dos administradores no tocante à gestão, à qualidade estrutural-operacional das instituições sob sua batuta.

O gestor é responsável pelo desenvolvimento sustentável da empresa, o que envolve trabalho em rede, ou seja, uma integrada cadeia de valores. Produção, parcerias, clientela, concorrência, quadro de pessoal, interação com a comunidade, legislação, logística, inovação tecnológica, qualidade de processos e produtos são, em síntese, alguns dos quesitos e valores essenciais à vida, à pujança de uma organização.

Estudos realizados pelo pesquisador Gustavo Ioschpe - um dos fundadores do projeto "Todos pela educação", autor da celebrada obra "A ignorância custa um mundo" - tendo como base instituições educacionais brasileiras, mostram, dentre outros fatores, os que geram bons resultados: boa infraestrutura; professores e profissionais com recrutamento seletivo (grifo nosso); programas de apoio e qualificação de docentes, políticas de retenção de talentos; accountability (assiduidade e responsabilização funcional); uso efetivo e constante do tempo de serviço e processos de avaliação; pouca burocracia; competência (grifo nosso); diretores bem remunerados e que saibam lidar com questões relacionais, motivacionais e estratégicas.

Aparece, em suma, o papel essencial do líder ou "maestro" da instituição, a quem cabe dar o tom, o toque administrativo, a identidade, o rosto, a missão e itinerário, muitas vezes e quase sempre, de equilíbrio, harmonia e ousadia. Um administrador que reúna o visionário, o planejador, o empreendedor, o cuidador, o inovador!

Em nosso País, particularmente em nosso meio, por força da míope mentalidade e inferência da cultura ibérica, de que somos herdeiros, pouco se valoriza o trabalho intelectual e estratégico e, por extensão, a figura do gestor ou líder efetivo. Acostumados à exploração do trabalho servil, incluindo vassalos na Idade Média, do índio e do negro na América, nossos ancestrais tinham o mote de que a "honra do homem estava no trabalho" (braçal), o que implicava no menosprezo às ciências, à inteligência e por extensão ao mérito. Não nos esquecendo de que, naqueles tempos, a mecanização era rudimentar e toda a riqueza era arrancada, de forma extrativista, às brutas e às cegas, do ambiente.

Outro fator que herdamos da formação ibérica é a personalização das decisões. Sabemos que instituição, pública ou privada, tem suas normas funcionais, regulamentos, estatutos. Assim, se uma decisão, por simples que seja, é definida em um departamento ou seção da organização, às vezes em terceiro ou quarto escalões, com o devido embasamento técnico e regulamentar, e que venha a contrariar interesses pessoais - muitos deles, miúdos, inescrupulosos - passa-se a inculpar o responsável maior, o cabeça, seja ele

o prefeito, o governador, o presidente, o chefe.

Uma empresa da região, de nosso conhecimento, com uma centena de funcionários, tem a saudável política de abrir espaços para estagiários, trainees, geralmente estudantes, com o objetivo de criar oportunidades de capacitação para jovens, e ainda com o intuito de encontrar e selecionar talentos. Não há compromissos, obrigação da empresa em contratar o estagiário, findo o período de treinamento. A contratação é de exclusiva competência e interesse da empresa. Isto é amplamente clausulado em lei e entendido formalmente entre as partes.

E não é que, alguns estagiários - e estranhamente, seus familiares - tão logo encerrado o período de estágio e não contratados, se rebelam, imputando à diretoria o não aproveitamento como funcionários. Entendem, mediocrementemente e por confessa má fé, como se fosse algo pessoal, uma "marcação", quando, diretoria não se envolve com testes de avaliação, de capacitação, como psicotécnicos, entrevistas, análises de perfil, que, sabemos, são aplicados e acompanhados por profissionais da área de RH ou por técnicos especializados, que dispõem de plena autonomia e competência decisória, para tal. A diretoria, aliás, muitas vezes, sequer conhece o estagiário, sua família, se tem olhos verdes, se é torcedor do Atlético ou do Cruzeiro etc.

Mesmo os casos de demissão de funcionários, por inadaptação, desatualização, desinteresse, quebra de decoro e ética, eventual extinção do cargo etc., a decisão é puramente técnica, de adaptabilidade, operacionalização, produtividade, provinda de chefias de departamentos e de interesse maior da organização. Algo de foro institucional e que tem de ser respeitado.

Eleutério, um amigo e dirigente de conceituada empresa regional, sofre, há anos, com essa síndrome de grosseria e incivilidade, e que ele leva, releva com espírito cristão. Como lidar com atitudes burlescas, imaturas, interesseiras, incivilizadas e injustificáveis?!

Um candidato a vaga em sua empresa, assim nos narrou o amigo, sequer passou da primeira fase, (entrevista com o psicólogo, responsável pelo setor de RH). Demonstrou caráter agressivo, destemperado, tendo sido deselegante no contacto com o profissional. Eliminado do processo de seleção, sua primeira atitude foi, alta noite, atacar com pedradas a residência de nosso amigo, que não tinha nenhuma responsabilidade pela eliminação sumária do vândalo, quebrando-lhe várias vidraças, colocando, em risco, a vida de moradores, inclusive crianças.

Um outro estagiário, embora aquinhoado com diploma, encerrado o período de treinamento, não sendo contratado, por razões exclusivas da empresa (demonstrou, segundo o laudo profissional, não assimilação do serviço, apatia, inadequação com a visão e a filosofia da empresa), passou a adotar atitude grosseira para com o nosso amigo, acompanhado por familiares bestuntos, que, ao vê-lo, assobiam, mudam de passeio, arrastam pés, cusparadas...

Uma das razões e que provocam ações desta natureza é o criminoso ato do nepotismo e clientelismo praticado por governantes (órgãos públicos eram entupidos de "protegidos", "afilhados",

“ocupantes de cargos de confiança” “tirados do colete”, parasitas) Como as empresas modernas bem administradas e idôneas exigem capacitação, qualificação, idoneidade, produtividade, seletividade e alguns não se enquadram ou não querem aperto, ou mesmo porque não há vagas, é cômodo criticar, atacar, culpar, caluniar...

Fácil, muito fácil, atribuir nossa incompetência, nossa imaturidade, nosso despreparo aos outros. Fácil fazer-se de vítima, de perseguido, aliás, uma outra séria praga de nossa cultura. Alguém, o outro, é sempre o culpado! Achamo-nos sempre com “direitos” ou com a cômoda desculpa de que somos “perseguidos”, “injustiçados”, “sem oportunidades”, “discriminados”...

O curioso é que uma não contratação ou demissão em nada de-

nigre a imagem ou capacidade profissional de alguém. São rotinas do mercado do trabalho. Oportunidades há na iniciativa privada, bem como o trabalho autônomo, as franquias, emprego virtual, etc. O governo promove concursos. Questão, pois, de se preparar, se capacitar, de buscar oportunidades, ser criativo e não querer manter-se “na marra”, com agressões e retaliações a uma vaga em empresas que têm sua metodologia, suas normas, imagem, conceito social, ética, sua filosofia de trabalho.

Que Deus dê forças e estômago aos Eleutérios de nossa região, para continuarem dirigindo e bem, as empresas, em meio aos trogloditas, recalçados que se julgam donos das vagas nas instituições e querem impor isso no assobio e na cusparada...

Atenção e Educação Infantil

A fundamental necessidade, prioridade de se investir na formação do ser humano, com ênfase a partir da infância! A concessão do afeto, carinho, atenção, orientação, segurança, amparo, conquanto a criança, frequentemente, deploravelmente, é relegada ao descaso, a segundo plano.

O dar alimento, vestuário, abrigo, educação formal, cuidados médicos, vacinas é o cumprimento de obrigação social básica e muitos pais, nem isso, o fazem. A vida real exige estruturação, suporte, desde os primeiros anos de vida, para assim crescer-se com solidez, constância, comprometimento. Aterrorizar, irritar, agredir são atos inteiramente incompatíveis com o processo formativo-educacional de qualquer criança, cuja demanda é por presença, afeto, segurança, orientação, compreensão, aceitação. A omissão, o despreparo de pais geram graves contornos na personalidade infantil, causas de desajustes, medos e sérias consequências quando se chega à fase adulta. Crianças não tocadas, amadas, relegadas a brinquedos, babás, mesmo creches - os pais ocupados com seus interesses pessoais, quando não unicamente mundanos - tornam-se carentes, solitárias, com deficiências de per-



Ao lado da figura paterna, em grande parte controversa e omissa nos dias atuais, não há como olvidar a extrema importância da personalidade materna na formação filial. Psicopedagogos, psicanalistas costumam mencionar mitos ou arquétipos, dentre estes o de Deméter e Medéia, que se reproduzem no comportamento das mães.

Mães Deméter que são superprotetoras, possessivas, tendo os filhos como única preocupação; mães Medeia, por sua vez, desequilibradas, de difícil trato, vivendo obsessivamente para o(s) companheiro(s), geralmente os tiranizando, sacrificando o restante, inclusive e em especial os filhos. Ambos os modelos têm pontos de semelhança – necessitam se agarrar a algo, filho ou marido,

cepção e conformação socioemocional. E rejeição pode levar a carências afetivas gigantescas, a desilusões, fracassos, patologias psicoemocionais.

Um fio invisível, imemorial, recobre, envolve toda a nossa existência, unindo, permeando todos nossos estágios, sentimentos, andanças, vivências, cuja estruturação emocional, harmonização espiritual tornam-se fundamentais na infância. A criança precisa contar com amor, compreensão, acolhida, paciência, doçura, persistência, fé, ambiência sadia, de forma a se fortalecer ante conflitos, tumultos emocionais, próprios do mundo, provendo, assim, ao longo do tempo, suas próprias descobertas. Afinal, é ela detentora de imensurável arcabouço emocional, de potencialidades intelectuais, abrigando gérmenes de sentimentos e inteligência, a serem trabalhados e que carecem de condições, solo propicio para o desenvolvimento e a construção do eu.

Ser pai e mãe não é apenas função orgânica. É uma enorme, grave responsabilidade diante da humanidade e de Deus, compondo a teia infinita da evolução, da promoção humanas. Eis o fluxo natural, o movimento contínuo da vida que nos propulsionam ao crescimento, ao amadurecimento, ao domínio das emoções, à expansão da inteligência, ao fulgor da consciência, ao conhecimento de nós mesmos, à busca do bem, do justo, do saber, e, em que toda aquisição, por mínima que seja, nos liberta, nos enriquece, como expressão da plena individualidade intelectual, consciencial, espiritual, cósmica.

dentro de uma visão limitada, desequilibrada, castradora, ainda que sob o manto da devoção, da dedicação.

Outro arquétipo mencionado pelos especialistas é Balbó, que exerce sua natureza, essencialmente feminina, sem apegos dominadores ou tirânicos. Balbó é expressão de sensibilidade, sensualidade, alegria, individualidade, mediante a vivência e exaltação de sua própria natureza, entendendo ela que os papéis, pessoal e socialmente exercidos – dentre eles o de ser boa esposa e mãe – devem ser compartilhados, em saudáveis experiências e interdependências com outras pessoas, mormente esposos e filhos.

Angelina

Apeio!

Enquanto meu burro chacoalha os arreios e orneja feliz, aproveito para contar ao passante que há muitos anos atrás, morando na capital da província, não perdia as oportunidades de, numa volta às origens, correr para o interior, ou mais precisamente para TRANQUILÓPOLIS, estendida numa das tantas serras das Minas Gerais de Alvarenga Peixoto, Bárbara Heliadora e de Juscelino Kubitschek, o grande JK.

Naquela pequena cidade, onde o tempo parou para espreguiçar e de tanto bocejo acabou dormindo, morava uma amiga que viera de outras paragens. Falávamos longamente sobre a vida, pessoas, amenidades e também das suas viagens com a família da Itália para Hong Kong, dali para o Marrocos e, finalmente, nossa Cabrália que ela aprendeu a amar.

Aquela senhora já idosa, pesadona, quando se referia ao pai transmudava-se. Adquiria aspectos de firmeza e vigor, rejuvenescia e citava textos de eloquência e ousada franqueza paterna. Quando falava da sua terra natal seu rosto se iluminava e, no meio de orgulhoso sorriso brotavam pequenas e bonitas lágrimas.

Monto de novo, largo as rédeas e, ao passo lerdo do debaixo, sinto que uma onda vai se espriando lentamente pelas células e seguem inundando a cabeça, o tronco, os membros. Extravasando os dedos e os cabelos, leva de roldão coisas antigas guardadas no peito, bem junto do coração. E vai seguindo pelas ruas e calçadas de um lugar qualquer lá da Itália que nunca vi. E chove. Chove águas cristalinas que lavam ruas, árvores, e lavam também as janelas envidraçadas dos sentimentos. Logo a chuva para e vejo que os raios do sol passam a cobrir docemente as praças e quintais da Palermo de ANGELINA DULCE, senhora que podendo ser avó emprestada, foi amiga efetiva. Podendo queixar-se, transmudava-se emocionada num retorno aos versos infantis de exaltação à sua velha terra, sem desmerecer a nossa.

Voltando os olhos para o meu mundo menor, vejo ainda aquela senhora-menina erguer-se magnetizada, com os olhos a brilhar, encerrando mais uma poesia: "... Isto sim, eu te prometo, be...la Itália: sempre te amarei!"

Acordo, desmonto e afirmo em voz alta aos quatro ventos: a verdadeira amizade perdura na busca do infinito, no canto do indivisível, na pureza do amor fraterno, no silêncio da distância...

Os amigos não morrem no peito da gente. Nunca!

Efraim Antônio de Marcos

(Extraído do livro Viagens – págs. 71 e 72)

ROUXINOL

Num dos lados do poente,
Na encosta inclinada,
Tem meu ninho com os rebentos
Sai meu voo disciplinado.

A sobriedade me faz planar,
Esqueço os destroços de um voo incerto,
Não faço rasuras com o arco-íris,
Tenho o equilíbrio como certo.

Acasalo ao pé do vento,
As relações são efêmeras,
O convívio voa longe,
Entoando conhecimento.

Quero voar a outros planos,
Ultrapassar os limites,
Saber se lá também existe,
A melodia dos cantos.

Murilo da Mata Ribeiro

